



O patrimônio como recurso para o desenvolvimento

Ana Clara Gianechini¹

Resumo: A emergência de um consenso sobre a necessidade de integrar o patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico na sociedade contemporânea é foco desta reflexão, relacionando-o a diferentes construções narrativas sobre o desenvolvimento. Os escritos da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da década de 1990 situam historicamente os consensos internacionais sobre as funções que pode adquirir a cultura nesse campo. As análises de Celso Furtado sobre o desenvolvimento como progresso e transformação são utilizadas como principais referências para a compreensão das correntes dominantes no caso latino-americano. O debate é trazido para a década de 1990, sublinhando novas vertentes e matrizes para os sentidos dos debates especializados.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural; Cultura e desenvolvimento; Cultura como recurso para o desenvolvimento.

Heritage as a resource for development

Abstract: The emergence of a consensus on the need to integrate cultural heritage into social and economic development in contemporary society is the focus of this reflection, relating it to different narrative constructions on development. The writings of the World Commission on Culture and Development of the 1990s historically place international consensus on the functions that culture can acquire in this field. Celso Furtado's analyzes of development as progress and transformation are used as main references for the understanding of the dominant currents in the Latin American case. The debate is brought to the 1990s, underlining new strands and matrices for the senses of specialized debates.

Keywords: Cultural heritage; Culture and development; Culture as a resource for development.

Introdução

A emergência de uma narrativa consensual entre especialistas e responsáveis por ações públicas do patrimônio cultural como ativo para o desenvolvimento na sociedade contemporânea é uma construção gradativa configurada a partir da década de 1960. Essa asserção passou a ocupar o discurso político de programas e projetos governamentais, assim como de organizações civis desde os anos 1970, prosseguindo incisivamente na década de 1990 e naturalizando-se nos dias atuais. Todos pretendem alcançar o desenvolvimento por meio do patrimônio cultural. Diferentes vertentes são perceptíveis, desde a via turística à valorização urbana e projetos locais de geração de renda.

¹ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (2004) pela Universidade de São Paulo, mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo (2009) pela Universidade de São Paulo e especialização em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública (2014). Atualmente é doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo na Universidade de Brasília, com período sanduíche no (CES) Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e arquiteta do Departamento do Patrimônio Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Mas de que desenvolvimento se fala? Compreender os sentidos dessa narrativa em cada caso implica um movimento de contextualizá-la no interior das correntes de pensamento mais amplas e identificar variações específicas em cada contexto de estudo.

A trajetória desse pensamento, no campo do patrimônio, decorre da constatação dos efeitos desenvolvimento econômico sobre a degradação do patrimônio cultural. Com a economia mundial cada vez mais interdependente, colocam-se em risco as formas de produção tradicionais, com reflexos territoriais especialmente em áreas centrais, ameaçados de abandono e subutilização.

Alinhar a preservação das referências identitárias do passado ao processo de desenvolvimento mundial passa a ser uma questão de sobrevivência. Ou há um alinhamento ou essas referências serão perdidas. Todo o conjunto de cartas patrimoniais a partir de meados do século XX expressa bem a situação. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desempenhou um importante papel de enfrentamento ao aprovar convenções e declarações internacionais.² Produziu encontros, relatórios e recomendações, principalmente a partir dos anos 1960, com o intuito de proteger o patrimônio cultural mundial e produzir um equilíbrio proveitoso para as partes implicadas no desenvolvimento, frequentemente polarizadas entre defensores da diversidade cultural e de culturas marginais ameaçadas e representantes da visão dominante de desenvolvimento. Esses documentos constituem um relevante corpo discursivo sobre questões prementes ao longo do tempo, buscando consensos para a inspiração de políticas nacionais. Não se trata de formulações teóricas-críticas sobre o tema, mas de diretrizes norteadoras-legitimadoras de ação.

Com o objetivo de tratar neste trabalho as discussões processadas nos anos 1990, e de modo introdutório, o destaque aqui será dado às diretrizes gerais da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, criada em 1992 na esteira da criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo objetivo foi o de refletir sobre as “necessidades culturais no contexto do desenvolvimento” (CUELLAR, 1992).

Se é ampla a produção científica sobre o par cultura e desenvolvimento na sociedade capitalista ocidental, poucos são os estudos acadêmicos que o relacionam de modo específico ao patrimônio cultural. Uma corrente bastante difundida no campo do patrimônio e da geografia urbana é aquela expressa na ideia da patrimonialização.³ Ao refletir sobre a emergência do campo do patrimônio cultural e sua intensificação nos últimos anos, constrói-se a crítica ao excessivo processo de transformação de bens simbólicos em patrimônio cultural, associando esse fenômeno aos mecanismos do capitalismo tardio. Sustenta-se que a patrimonialização produz novos sentidos para os bens culturais na medida em que os valoriza. Essa valorização traz, com frequência, um rebatimento econômico decorrente do interesse pela exploração econômica desses bens. Se, por um lado, esse aspecto pode ser útil ao financiamento de sua recuperação e preservação, por outro, pode provocar a perda dos sentidos originários a ele associados. A crítica vê

2 Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais (1970); Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972); Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras (1997); Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001); Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003); Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

3 São significantes os estudos críticos de JEUDI, Henri-Pierre. *O espelho das cidades*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra: 2005; HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano: 2000; e JACQUES, Paola B. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Vl. 6, n. 1, p. 32-39, 2003.

essencialmente no processo de constituição do patrimônio cultural um aspecto negativo de perda, na medida em que se associa irremediavelmente à transformação da cultura em mercadoria. Esse processo social de constituição do patrimônio pode, contudo, produzir novos sentidos favoráveis às comunidades no presente, sentidos de sobrevivência, de geração de renda, emancipação e resistência.

Na tentativa de deslocar a natureza do problema do patrimônio cultural do âmbito econômico e no intuito de ver na constituição contemporânea do patrimônio outros sentidos, ainda que mantendo a crítica à excessiva mercantilização, retoma-se a base cultural do processo de patrimonialização para então associá-la às ideias de Celso Furtado sobre desenvolvimento como transformação. Por este caminho compreendem-se as disputas implícitas nos processos patrimoniais, mas privilegia-se o seu potencial emancipador na afirmação das referências culturais como condição para o desenvolvimento social, humano e econômico equitativo.

Para melhor compreender os conflitos entre as diferentes concepções de desenvolvimento, a questão será tratada com base em dois grandes debates de fundo e seus desdobramentos na contemporaneidade: as tensões em torno da noção de desenvolvimento e o consenso quanto à necessidade de associar cultura e desenvolvimento.

A ideia positiva estabelecida na relação patrimônio e desenvolvimento tem se mostrado oscilante, grosso modo, entre duas grandes polaridades: a econômico-social e a antropológica. Na primeira delas está a ideologia do desenvolvimento enquanto crescimento econômico e progresso e suas variações contemporâneas que pretendem assegurar sua continuidade. Nesse caso, considerar a cultura passa a ser um meio para conferir sustentabilidade aos propósitos do desenvolvimento de fundo econômico. Na outra está à acepção antropológica de cultura, para a qual não faz sentido falar em relações entre cultura e desenvolvimento: ambos são processos sociais e representam aspectos de como a sociedade se vê e o que deseja para seu futuro. O desenvolvimento é constituído no seio das aspirações culturalmente definidas.

Este artigo será organizado em quatro breves partes. O propósito da primeira é localizar a ideologia do desenvolvimento enquanto crescimento econômico nas análises de Celso Furtado (1980) como um caminho ascendente em direção ao progresso. A racionalidade instrumental moderna cultiva o que Furtado identificou como desenvolvimento ao nível dos meios, ou seja, das técnicas. Reconhecido por sua ampla contribuição na teoria do subdesenvolvimento, por seus estudos históricos de formação econômica e seus diversos níveis de ação política,⁴ a perspectiva periférica e a atualidade de seu pensamento na construção de um desenvolvimento endógeno,⁵ no qual a cultura tem papel central, é aporte de grande interesse para a reflexão aqui proposta. A ideia do desenvolvimento como transformação é abordada na segunda parte. Na terceira parte, trata-se da relação entre cultura e desenvolvimento e, por fim, da política de patrimônio.

4 Esteve à frente da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Cepal (1949-1957), foi mentor da Sudene, Ministro do Planejamento (1962-1963) e Ministro da Cultura (1986-1988).

5 A concepção de desenvolvimento endógeno aparece em François Perroux, de quem Celso Furtado foi aluno (CARDOSO, 2015). Cf. PERROUX, F. A filosofia do novo desenvolvimento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. O desenvolvimento integral preconizado por Perroux é global (voltado para o homem), integrado (coesão de setores, regiões e classes) e endógeno (voltados para as expectativas nacionais). (SILVA; ARAÚJO, 2010, p. 10)

Desenvolvimento como progresso

Celso Furtado chamava a atenção, na década de 1980, para a prevalência histórica da perspectiva estritamente econômica do desenvolvimento. Na medida em que desenvolvimento é, ainda hoje, encarado pelos governos como matéria majoritariamente de responsabilidade econômico-financeira, subsiste esse sobrepeso na balança. As decisões estruturantes nacionais e internacionais têm, preponderantemente, primazia econômica: para esta estão voltadas as atenções e o senso comum do significado do desenvolvimento. E em que pese à constatação, desde a década de 1980, de que o crescimento econômico não levou à superação da pobreza, ao contrário, aumentou as desigualdades, as políticas tanto no Brasil quanto na América Latina nos últimos 20 anos persistiram nesse primado (SAMPAIO Jr., 2012; ALMEIDA FILHO, 2003).

Para Celso Furtado, em sua “Pequena Introdução ao Desenvolvimento” (1980), a ideia de desenvolvimento é central no século XX. São três as lógicas históricas que, associadas, contribuíram para a constituição da ideia de desenvolvimento enquanto progresso. Em primeiro lugar, o Iluminismo, com sua concepção da história como “uma marcha progressiva para o racional” (FURTADO, 1980). Em segundo, a ideia capitalista de acumulação de riqueza, entendida como promessa de melhor bem-estar. Por fim, o impulso europeu em civilizar o mundo, peça fundamental para a configuração de uma divisão internacional do trabalho interdependente e adequada às lógicas produtivas anteriores. Furtado ressalta o aspecto produtivista desse sistema:

O intercâmbio internacional conduz, segundo essa doutrina, a uma melhor utilização dos recursos produtivos dentro de cada país e põe em marcha um processo graças ao qual todos os países dele participantes têm acesso aos frutos dos aumentos de produtividade que ele mesmo gera (FURTADO, 1980).

A influência do sistema produtivo capitalista sobre a base filosófica iluminista é explicada pela distinção de duas racionalidades: uma voltada para ação (instrumental) e uma voltada para os fins (substantiva ou valorativa). No campo da ação, os meios que o homem dispõe para realizá-las são as técnicas. Historicamente, na sociedade industrial ocidental, a noção de desenvolvimento dominante é aquela associada à lógica dos meios, ou seja, ao progresso técnico. A ideia de eficiência é central, assim como a de inovação tecnológica. Isso significa que “[...] a teoria do desenvolvimento tendeu a confundir-se, em consequência, com a explicação do comportamento do sistema produtivo que emergiu com a civilização industrial” (FURTADO, 1980). A visão otimista constituída desde o século XVIII sobre o progresso definiu, assim, uma moralidade baseada em uma sociedade produtiva e menos ociosa.

Com isso, tradicionalmente a principal medida para se avaliar o grau de desenvolvimento nas sociedades foi o aumento da eficácia do sistema de produção. Contudo, a obsessão pela eficácia não trouxe necessariamente atendimento às necessidades elementares da população. Relegou-se o segundo plano a dimensão humana, sendo frequentes descompassos entre Produtos Internos Brutos altos e Índices de Desenvolvimento Humano baixos. As assimetrias de poder refletidas na definição de objetivos e meios para o desenvolvimento expressam a natureza política do desenvolvimento, no qual as relações de poder influenciam decisivamente os discursos sobre o que se deseja para a sociedade. Este é o conflito inerente a qualquer fenômeno social: os sentidos de “aumento da produtividade”, de “necessidades humanas a serem satisfeitas” e de desenvolvimento, dependem, enfim, de quem os define, tarefa historicamente avocada pelas classes dominantes (FURTADO, 1980, p. 16).

Tal é a encruzilhada a que chegou a sociedade contemporânea: a expansão do capitalismo não significou melhoria de condições de vida, pelo contrário, houve aumento da pobreza. Mais que isso, o processo de acumulação se ampliou aumentando o fosso entre o centro e as economias periféricas, ou seja, o subdesenvolvimento dependente nunca deixará de o ser. Como explica Furtado:

[...] a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. [...] O interesse principal do modelo [...] está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial será sempre o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda a tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais países ricos – é simplesmente irrealizável (FURTADO, 1974, p. 75).

Ainda que com o dismantelamento do sistema colonial após a II Guerra Mundial tenha se processado uma revisão da ideia de desenvolvimento, agora mais vinculada à melhoria do bem-estar social, a lógica anterior não foi superada. Para Furtado, outras formas de controle da tecnologia e informação e de manipulação ideológica liberal surgiram. Instituições internacionais criadas para sustentar a ordem e o sistema financeiro internacional, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, as Nações Unidas passam a participar do processo (FURTADO, 1980, p. 21).

Os estudos contemporâneos chamados decoloniais⁶ veem esse “controle ideológico” dentro da lógica capitalista liberal sob uma perspectiva cultural de continuidade das relações coloniais. Essa estratégia deve ser entendida como uma forma subsistente de colonialidade, conceito criado por Quijano (2005) que centraliza a ideia de raça na constituição de um padrão mundial de poder colonial moderno, estruturante de uma modernidade eurocêntrica. A modernidade, nessa perspectiva, foi fundada sobre as bases da colonialidade do poder, de modo que não poderia haver uma economia-mundo capitalista sem as colônias. Raça, gênero e trabalho são as três linhas principais que constituem a formação do capitalismo mundial colonial e moderno no século XVI. É nessas três instâncias que as relações de exploração, dominação e conflito estão ordenadas (QUIJANO, 2000, p. 343 apud BALLESTRIM, 2013).

Assim, na perspectiva de base epistemológica decolonial, o potencial transformador e emancipador do desenvolvimento implica em superar a condição de colonialidade e permitir que outras formas culturais, econômicas e políticas de modernidade e desenvolvimento possam coexistir.

6 Constituído no final dos anos 1990 em torno de intelectuais latino-americanos (Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Edgardo Lander, Arturo Escobar), o grupo decolonial se propõe a uma renovação epistemológica crítica das ciências sociais na América Latina através da radicalização do argumento pós-colonial: enquanto este entende a colonialidade como uma condição de submissão à administração colonial, preocupando-se em estudar as marcas deixadas pelo período colonial, os decolonialistas veem o sistema mundo ainda marcado pela colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva, das quais é preciso se emancipar (BALLESTRIM, 2013; GROSFOGUEL, 2008). A corrente pós-colonialista, vinculada aos escritos de Edward Said (Orientalismo, 1978), Gayatri Chakravorty Spivak (A crítica pós-colonial, 1990), Homi Bhabha (O Lugar da cultura, 1994), fundou-se sobre os estudos pós-estruturais, desconstrutivistas e pós-modernos, com forte convergência nos estudos culturais e multiculturais ingleses e norte-americanos (BALLESTRIM, 1980, p. 90). Segundo Ballestrim, embora pós-colonialistas e decolonialistas pretendam a superação das condições de colonização, colonialismo e colonialidade, o grupo latino defende ser necessário descolonizar os próprios estudos pós-coloniais.

Desenvolvimento como transformação

O debate sobre o subdesenvolvimento como face atrasada do desenvolvimento, para Furtado, permite compreender os limites do modelo de desenvolvimento predominantemente adotado. Por que persiste o subdesenvolvimento - ou, na terminologia atual, o “em desenvolvimento”?

O aporte de outros campos disciplinares trouxe uma abordagem interdisciplinar ao problema do desenvolvimento, aproximando a teoria econômica da social. A Teoria da Dependência⁷ procurou explicar esse problema compreendendo o capitalismo em sua globalidade, ou seja, “em suas formas de expansão vertical e horizontal”, como “constelação de formas sociais heterogêneas”, “suas variações no tempo e no espaço do processo de acumulação e seu comportamento na margem do sistema” (FURTADO, 1980, p. 40). O subdesenvolvimento não seria dado, portanto, por uma condição de baixa industrialização ou modernização da economia, mas por uma relação de dependência entre os países centrais e os periféricos. A dependência invade, inclusive, diversos setores produtivos, como o científico e tecnológico. O resultado são técnicas difundidas pelas empresas transnacionais inadequadas às realidades nacionais. Nesse caso, a superação da condição de subdesenvolvimento deveria passar pela ruptura com a dependência.

Para Grosfoguel (2008, p. 48), o ponto fraco dos chamados dependentistas esteve precisamente nas soluções que propuseram, ainda muito presas às categorias da ideologia desenvolvimentista, identificada nos “obstáculos ao desenvolvimento” ou nos caminhos para o “desenvolvimento autônomo dentro do Estado-nação”, baseado em instrumentos racionais produtivistas. Ao final dos anos 1980 começou a se fundar uma nova visão com grande penetração em diferentes realidades e setores produtivos que buscou reconfigurar os padrões de desenvolvimento de caráter produtivista. Seu fundamento estava na redefinição das condições do crescimento, agora associado a limites para a exploração do homem e da natureza, ou limites para a expansão da acumulação no nível global. Essa é a base da ideia de sustentabilidade gerada no seio do ambientalismo na década de 1990. Desde o Relatório Brundtland - Our Common Future, de 1987, no qual o termo sustentabilidade remete a um “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (UNESCO, 1987) e sua expansão por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, que culminou na Agenda 21, o termo foi apropriado em diferentes campos sob acepções diversas.

A visão dominante da sustentabilidade, contudo, é aquela apropriada pelo sistema vigente, cujo sentido-base é a sobrevida do desenvolvimento capitalista, seja pelo combate ao desperdício, pelo limite à exploração dos recursos naturais e pela distribuição mais equitativa dos recursos ou por formas de autogestão (ACSELRAD, 1999). A perspectiva desenvolvimentista segue seu caminho sem negar as bases estruturais da acumulação, suficientemente ambígua de modo a que a redistribuição possa expandir o capitalismo global.

⁷ A Teoria da Dependência, criada por intelectuais de esquerda exilados no Chile em torno da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) na década de 1960, refutou a ideia de que o problema para o alcance da modernidade capitalista na América Latina estava ligado a seu estágio arcaico de desenvolvimento e à lacuna industrial e que, portanto bastaria estimular a industrialização interna para superar a subordinação aos países centrais. Para os dependentistas, na realidade, a industrialização voltada para os mercados internos não estava em contradição com o capital internacional, que continuou participando desse processo, desta vez com investimentos tecnológicos. Sua abordagem visa explicar por que os países latino-americanos não se desenvolvem de forma semelhante aos do centro e sustentar a análise do subdesenvolvimento como um processo histórico e estrutural (GROSFUGUEL, 2013).

Também para Celso Furtado a saída para o impasse está na reconfiguração dos frutos do sistema. Para escapar à armadilha da racionalidade econômica que opera no sentido de favorecer aqueles que controlam o poder, compreende-se a necessidade de modificação das “bases sociais de sustentação desse poder”, assegurando uma “participação efetiva no processo político dos segmentos sociais vitimados pela racionalidade econômica” (FURTADO, 1980, p. 12).

No contexto contemporâneo de desenvolvimento global, qual o papel assumido pela cultura? De que diferentes formas pode-se compreender seu lugar, a depender do projeto político em curso?

Cultura e desenvolvimento

Os anos 1990 testemunharam uma agitação internacional para a revisão do conceito de desenvolvimento. Na esteira da criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que embasou a definição da Agenda 21, a Unesco criou, em 1992, a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento com o objetivo de preparar propostas para ações de curto e longo prazos “a fim de responder às necessidades culturais no contexto do desenvolvimento” (CUELLAR, 1997). O relatório final de 1996, denominado “Nossa Diversidade Criadora”, publicado no Brasil no ano seguinte, pode ser interpretado como um esforço dos especialistas das ciências humanas em contribuir, naquele momento, para uma atualização teórica da discussão que se colocava para as organizações internacionais (CUELLAR, 1997). Contribuíram para a reflexão diversa intelectuais renomada, como os antropólogos Marshall Sahlins e Claude Lévi-Strauss, e o economista Amartya Sen.

Não se podem compreender as propostas do documento sem levar em conta que os diversos campos de interesse internacional, representados pelas organizações e agências mundiais, coexistem em constante disputa. Assim como dentro dos países cultura, economia e infraestrutura são setores em constante disputa, também no interior das organizações internacionais essas tensões existem com assimetrias. *Pari passu* das orientações teóricas estão contingências práticas. Nesse momento o que se busca é um equilíbrio, no qual a cultura seja restituída à posição de parte indissociável do processo de desenvolvimento, como ponderado logo de início no documento:

Uma grande confusão nos meios acadêmicos e políticos é causada pela falta de distinção entre cultura no sentido humanista e cultura no sentido ‘antropológico’, em especial quando se designa o modo de vida específico de um povo ou sociedade. Do ponto de vista antropológico, não faz sentido falar de ‘relação entre cultura e desenvolvimento’, já que a economia faz parte da própria cultura de um povo. Na verdade, as ambiguidades dessa expressão colocam uma importante questão ideológica tratada pela Comissão: É a cultura um aspecto ou um instrumento do desenvolvimento entendido como progresso material? Ou é a cultura a finalidade do desenvolvimento entendido como o florescimento da existência humana em suas múltiplas formas? (SAHLINS, 1994 apud CUELLAR, 1997, p. 29).

A mensagem impressa no relatório para a comunidade internacional é a de que a cultura pode assumir diferentes funções dependendo da visão de desenvolvimento tomada. Se a base for um estrito crescimento econômico, ela assume o papel de instrumento para o progresso material. Um simples meio a serviço da promoção e sustentação do progresso econômico. Embora essa função seja importante e tenha o seu alcance na vida prática, o que se sustenta é que não se pode reduzir a cultura a esse papel. Se compreendido como desenvolvimento humano, imbuído do objetivo de ampliar as liberdades dos povos a escolher seus rumos ou de “florescer a existência humana em suas múltiplas formas”, a cultura funciona

como a própria base social desses fins, dando sentido à existência humana (CUELLAR, 1997, p. 32). Para a Comissão, ambas as funções têm espaço na vida social contemporânea.

A cultura não é, portanto, algo externo aos processos de desenvolvimento, ao contrário, os constitui, assim como todas as ações humanas constituem cultura, influenciando constantemente os sistemas de significados compartilhados. As ações dos governos e as políticas públicas, a sua vez, interferem decisivamente na dinâmica dos sistemas culturais, como é claro nos processos de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural que, ao elegerem bens representativos os diferenciam de outros, conferindo-lhes novo estatuto e novos significados.

Já nesse momento a comissão, portanto, assume as implicações políticas de se distinguirem papéis assumidos pela cultura, dependendo da orientação a que se dirija. É uma situação tomada inclusive como inevitável na sociedade contemporânea, visto que não se trata de uma questão de escolha, mas de necessidade, denotando a missão de caráter prático a que foi confiada. Enquanto a população cresce e fica exposta a condições de vida precárias, torna-se indispensável encontrar formas de melhorar sua qualidade de vida. No contexto da mundialização desigual e assimétrica, as culturas locais são ameaçadas pela ampliação da cultura de massas, com força homogeneizante (CUELLAR, 1997, p. 42).

A conciliação possível que Celso Furtado vê, no contexto latino-americano, é de um desenvolvimento como transformação, orientado de modo endógeno. A endogeneidade é a “faculdade que dispõe a comunidade humana de ordenar o processo cumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas” (FURTADO, 1980, p. 108). Ao indicar caminhos de autodeterminação, busca-se a distribuição dos frutos do desenvolvimento, a descentralização de poder e de investimentos, a participação social. A superação do dilema do ingresso no mundo da produção passa pela criatividade. É assim que desenvolvimento como transformação deve passar pelo reencontro com o “gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas” (FURTADO, 1980, p. 30). E considerar as “potencialidades humanas” no seio de uma atitude radical de participação de todas as camadas sociais e culturais, pois o desenvolvimento desigual não está apenas na relação entre Estados centrais e periféricos, mas se reproduz no espaço intranacional, intraregional e mesmo intraurbano.

A política cultural não poderia se limitar, portanto, a um mero fomento ao consumo de bens culturais – tão típico dos dias atuais, e que tende a inibir atividades criativas ao uniformizar padrões de comportamento – mas ser pautada pelo objetivo central de liberação das forças criativas da sociedade, ou seja, a liberdade de criar (FURTADO, 1984). Essas colocações têm implicações concretas para as políticas públicas. Plurais e multidimensionais, estas deveriam dar espaço ao novo, ao experimental e ao que não se alinha ao retorno econômico direto. O respeito à diversidade cultural, o estabelecimento da liberdade cultural, a proteção e o respeito aos direitos das minorias, o reconhecimento do universalismo dos direitos humanos, todos esses princípios devem orientar a definição das ações de desenvolvimento (CUELLAR, 1997).

Nesta perspectiva, o patrimônio também é visto como constituinte dos processos de desenvolvimento. O que se entende por patrimônio, tal como por cultura, tem repercussão concreta sobre o seu papel frente ao desenvolvimento. A dimensão estrita econômica do patrimônio como recurso, embora tenha seus propósitos, pode inibir práticas culturais e atividades não rentáveis. São frequentes as políticas de incentivo turístico que reforçam esses aspectos. A abordagem deve ser, ao contrário, necessariamente ampla e estar associada à satisfação das necessidades humanas básicas.

Políticas de patrimônio e desenvolvimento

A emergência de um consenso sobre a necessidade de integrar o patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico na sociedade contemporânea está inscrita no contexto de revisão da ideia de desenvolvimento enquanto progresso material, verificado a partir do segundo grande conflito mundial. Ainda sim, mesmo com o fracasso das políticas de estrito desenvolvimento econômico na superação da pobreza e das desigualdades sociais, essa visão ainda é dominante, ainda que cada vez menos explícita e mais velada. É o que mostra a cooptação da ideia de sustentabilidade ao final do século XX que, se inicialmente engajada nos impactos do esgotamento dos recursos ambientais, tornou-se um discurso legitimador de velhas práticas.

O centro da questão está em como se dá a influência dos elementos de cada cultura nos caminhos do desenvolvimento, por quais meios e a serviço de quais fins. São as disputas sociais sobre o domínio desses meios e a escolha desses fins que dão sentido à ideia do patrimônio como recurso para o desenvolvimento. O problema segue sendo político, no sentido que oferece Rosanvallon, de um campo de ação caracterizado por conflitos no qual se reconhece a natureza problemática da elaboração de regras por meio das quais a sociedade plural busca viver sem litígio (ROSANVALLON, 2010, p. 41).

Em tempos recentes, nas diversas esferas de governo brasileiro, coexistiram políticas que tanto privilegiaram a visão instrumental do patrimônio como meio para o progresso material quanto as que se propuseram mais amplas, considerando os sistemas culturais a que se remetem como orientadores dos sentidos do desenvolvimento visado.

As décadas 1990 e 2000, por exemplo, testemunharam políticas diferentes no mesmo âmbito federal. De um lado, o nascimento do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, cujas diretrizes são pautadas pela

[...] promoção da inclusão social e da melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial, e em medidas que ampliem a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio (IPHAN, 2016).

De outro lado, transcorreu o Programa Monumenta, qualificado como promotor da recuperação sustentável das cidades históricas brasileiras. Ao atravessar diferentes gestões nacionais e locais, oscilaram entre posicionamentos mais ou menos incisivos em relação ao retorno econômico dos investimentos. No conjunto, coexistiram resultados muito díspares, desde projetos de “exaltação do patrimônio cultural” – com a priorização de eventos, museus, lojas de artesanato, recepção de turistas, restaurantes – àqueles vinculados a usos voltados à população local - habitação social, universidades, parques, mercados públicos, áreas de lazer (BONDUKI, 2010).

Estas duas políticas, lado a lado, mostram como experiências contemporâneas em um mesmo âmbito de atuação podem ter vinculações diferentes, por vezes contraditórias, sendo premente localizar, em cada caso, as concepções de desenvolvimento e de patrimônio implícitas. Investigar as razões dessas disparidades lança luz às disputas dos grupos sociais participantes seus interesses e orientações, qualificando, em maior profundidade, o que está em jogo nas políticas públicas.

Referências

- ACSELRAD, H. Discursos da Sustentabilidade Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 79-90, maio 1999.
- ALMEIDA FILHO, N. O desenvolvimento da América Latina na perspectiva da CEPAL dos anos 90: correção de rumos ou mudança de concepção? In: FERRAZ, J. C.; CROCCO, M.; ELIAS, L. A. (Org.). **Liberalização econômica e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Futura, 2003, p. 100-123.
- BALLESTRIM, L. América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio - agosto de 2013.
- BONDUKI, N. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010.
- CARDOSO, J. L. Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento. **Análise Social**, 214. L (1.º), 2015.
- CUELLAR, J. P. (Org.). **Nossa diversidade criadora** – Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Brasília: Unesco, 1997.
- FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento** – enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editoria Nacional, 1980.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, V. 80, p. 115-147, 2008.
- GROSGOUEL, R. Desenvolvimentismo, Modernidade e Teoria da Dependência na América Latina. **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais**, Vl. 3, n. 2, jul-dez 2013.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial** (PNPI). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2016.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ata da 18ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Brasília, 12 de agosto de 1999.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. São Paulo, Alameda: 2010.
- SAHLINS, M. **A brief cultural history of 'culture'**. Monografia preparada para a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, agosto de 1994.
- SAMPAIO Jr., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez 2012.
- SILVA, F. A. B.; ARAUJO, H. E. (Coord.) **Indicador de desenvolvimento da economia da cultura**. Brasília: Ipea, 2010.

Recebido em 28/08/2019.

Aceito em 03/09/2019.